

A LOUCURA COMO MÉTODO DE EXCLUSÃO SOCIAL¹

MADNESS AS A METHOD OF SOCIAL EXCLUSION

Leonilson Batista Junior²

Maria Vera Lúcia Pessoa Porto³

RESUMO: Ao longo da história, por vezes, a loucura foi utilizada como meio de exclusão e segregação social. Pensadores e filósofos, como o francês Michel Foucault, desenvolveram pesquisas e teorias que comprovam como a instrumentalização dos transtornos sociais para fins de discriminar, excluir, escantejar e até assassinar pessoas marcou a construção de sociedades e grupos de pessoas. Essa é uma realidade no Brasil e no mundo. Os séculos XIX e XX em território nacional, no Brasil, foram fortemente marcados pela construção e ativação de asilos, clínicas e hospitais psiquiátricos, além dos manicômios. Mais de 60 mil pessoas foram vítimas da medicina violenta, tratamentos desumanos e condições de vida insalubres em tais hospitais. Se colocar diante desses acontecimentos é rememorar o preconceito e o terrorismo vividos nesses tempos e pensar na atualidade ainda estigmatizada pelos mesmos motivos.

Palavras-chave: loucura; Foucault; hospitais; exclusão.

ABSTRACT: Throughout history, madness has sometimes been used as a means of social exclusion and segregation. Thinkers and philosophers, such as the Frenchman Michel Foucault, developed research and theories that prove how the instrumentalization of social disorders for the purpose of discriminating, excluding, sidelining and even murdering people marked the construction of societies and groups of people in Brazil and around the world. The 19th and 20th centuries in the national territory were strongly marked by the construction and activation of asylums, clinics and psychiatric hospitals, the asylums. More than 60,000 people have fallen victim to violent medicine, inhumane treatments and unsanitary living conditions in such hospitals. To face these events is to remember the prejudice and terrorism experienced in those times and to think about current times that are still stigmatized for the same reasons.

Keywords: madness; Foucault; hospitals; exclusion.

¹ Artigo Científico apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -UERN, para consolidar o Projeto de Iniciação Científica, PIBIC – Edição 2024/2025. Edital nº 001/2024. Título da Pesquisa: A loucura como método: a experiência do Hospital de Barbacena, Minas Gerais, Brasil, com orientação da Professora Dra. Maria Vera Lúcia Pessoa Porto.

² Discente do 7º período do curso de Filosofia (Licenciatura), Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: leonilsonba583@gmail.com.

³ Doutora em Filosofia Prática, pela Universidade Federal da Paraíba, com sanduíche na Universidade Católica de Louvain la Neuve, Bélgica, Graduada em Psicologia e Especialista em Neuropsicologia, pela UniCatólica do Rio Grande do Norte. E-mail: veraluciapessoaporto@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Dentre tantos instrumentos e meios de discriminação e segregação social criados ao longo da história, a loucura ocupou um espaço significativo. Isso pelo fato de que, em determinada época, homens, mulheres e tantas outras pessoas com as mais diferentes idades e necessidades especiais, físicas ou mentais, foram tratadas como escória da sociedade e encaminhadas para lugares responsáveis por “trata-las” ou melhor descarta-las.

A partir do século XVIII os hospitais psiquiátricos, também chamados de manicômios, se tornaram espaço para todas as pessoas diagnosticadas, pela medicina ou pelos padrões sociais, de louca. Isso pelo fato de que, qualquer pessoa com algum distúrbio mental ou pertencente a algum grupo social menos favorecido estaria sujeito a ser brutalmente encaminhado a um manicômio para ser aprisionado e tratado. Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder (Arbex, 2013, p. 08).

A cidade de Barbacena, interior do estado de Minas Gerais, ficou conhecida como a “cidade de loucos”, pela presença de alguns hospitais psiquiátricos, dentre eles, o Hospital Colônia. Foi no Colônia que morreram aproximadamente 60 mil pessoas, a partir de torturas, privação de alimento, doenças decorrentes da falta de higienização, dentre outras causas.

O presente artigo propõe uma reflexão acerca da instrumentalização da loucura como meio de exclusão, segregação e discriminação social, utilizando-se dos conceitos de poder, loucura, privação e liberdade trabalhados pelo filósofo Michel Foucault, em sua obra História da Loucura na Idade Clássica além de outros autores que problematizaram a questão em pauta no Brasil.

2 A LOUCURA NO BRASIL: Hospital colônia de Barbacena

A história do Brasil é marcada por grandes eventualidades, conquistas, evolução, desenvolvimento. Porém, ao mesmo tempo por retrocessos sociais e outros acontecimentos negativamente históricos. Ao final do século XVIII até o século XX, o país mais uma vez tem as páginas de sua história marcadas, desta vez com um fato profundamente desumano conhecido por “período manicomial”, termo utilizado para dar nome ao modelo de tratamento estabelecido por hospitais psiquiátricos da época: os manicômios.

O estado de Minas Gerais sediou o lamentável acontecimento que resultou na morte de mais de 60 mil pessoas, de vários lugares diferentes, algumas,

inclusive, inocentes ou sãs de corpo e de mente. “Eles que foram chamados de ‘doidos’, denunciam a loucura dos ‘normais’” (Arbex, 2013, p. 08). Especialmente na cidade de Barbacena, interior de Minas Gerais, que viria a ser conhecida Brasil afora por “cidade dos loucos”, é que fundaram muitos dos hospícios brasileiros, o maior e mais famoso deles, o hospital Colônia de Barbacena, teve dentro de suas salas, pátios e consultórios os atos mais bárbaros e desumanos, realizados através da medicina psiquiátrica motivados pelo preconceito social, da desumanização e do lucro excessivo.

O período manicomial exigiu um processo profundo de mudanças no sistema de saúde pública e na legislação brasileira, sobretudo quando com o fim dos manicômios e com a reforma psiquiátrica, foram expostos os crimes cometidos por médicos, enfermeiros, agentes, funcionários dos poderes públicos e até mesmo empresários, que não somente realizavam os atos dentro dos hospitais, mas financiavam, alimentavam e divulgavam erroneamente o sistema. O Colônia ficou conhecido como um campo de concentração, em alusão ao holocausto nazista durante a segunda guerra mundial, por semelhanças desumanas desde as internações dos pacientes às suas permanências e dia a dia dentro dos hospitais, às mortes causadas pelo trabalho excessivo ou o descaso nos tratamentos oferecidos.

Daniele Arbex na dedicatória de sua obra “Holocausto brasileiro” escreve: “Este livro é dedicado a milhares de homens, mulheres e crianças que perderam a vida num campo de concentração chamado Colônia [...]” (Arbex, 2013, p. 06). Os pacientes chegavam ao hospital Colônia acusados das mais diferentes maneiras, porém todos eram “diagnosticados” como portadores da loucura. “Diagnosticados” porque muitos deles, inclusive crianças, não tinham absolutamente nada, simplesmente eram tidos como fora dos padrões sociais da época.

Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus pais, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças (Arbex, 2013, p. 08).

Eram todos e todas considerados a escória da sociedade, marginalizados e tidos como loucos por não corresponderem às expectativas ou modelos sociais que eram referências. Assim, “[...] o que acontece no Colônia é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente [...]” (Arbex, 2013, p. 09). Sem justificativas coerentes para tais fatos, uma “limpeza social” era a *arché* que motivava a instrumentalização da loucura para a desumanização, exclusão e morte de tantas pessoas.

O Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugênista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos (Arbex, 2013, p. 16).

Somente por volta do final da década de 70 que um movimento mais efetivo começou a se levantar contra as instituições psiquiátricas que ofereciam esse tipo de tratamento manicomial, através de denúncias, relatos e da descentralização do poder dos próprios hospitais.

3 A LOUCURA COMO MÉTODO DE EXCLUSÃO SOCIAL

De acordo com Michel Foucault, a loucura passou a ser utilizada como pretexto de exclusão social, associando-se a outras doenças como a lepra, que estigmatizava o indivíduo e o condenava a viver isolado do seu grupo social, de sua cidade, de sua família.

[...] De fato, a verdadeira herança da lepra não é aí que deve ser buscada, mas sim num fenômeno bastante complexo, do qual a medicina demorará para se apropriar. Esse fenômeno é a loucura. Mas será necessário um longo momento de latência, quase dois séculos, para que esse novo espantalho, que sucede à lepra nos medos seculares, suscite como ela reações de divisão, de exclusão, de purificação que, no entanto, lhe são aparentadas de uma maneira bem evidente [...] (Foucault, 1978, p. 12).

Pouco a pouco, pessoas nascidas com algum transtorno mental eram reduzidas a “coisas animalescas”, sem sentido, sem direção racional que os levasse a se introduzir nos vários âmbitos da sociedade. Tornaram-se ameaças em muitos lugares e passaram a ser introduzidos em ambientes diversificados com o objetivo de “controlar a loucura” ou amenizar os danos causados por ela nas pessoas que “sem sorte” a possuíam. Sobre isso explica Foucault:

[...] A animalidade que assola a loucura despoja o homem do que nele pode haver de humano; mas não para entregá-lo a outros poderes, apenas para estabelece-lo no grau zero de sua própria natureza. A loucura, em suas formas últimas, é, para o Classicismo, o homem em relacionamento imediato com sua animalidade, sem outra referência qualquer, sem nenhum recurso [...] (Foucault, 1978, p. 168).

Tal pensamento foi se fortificando no século XVIII quando os hospitais psiquiátricos foram surgindo no mundo para “tratar” a loucura, ameaçando duplamente a pessoa com tais transtornos, pois, além de ser excluída do meio social, era também assinalada como doente, “doente de loucura” e isolada.

É nesse momento que nos eventos históricos se expõe, efetivamente, o perigo da loucura. Houve, a partir daí, uma mudança radical: estabelece-se a doença, elaboram-se formas de tratamento, criam-se internatos. O doente passa a ser visto como perigoso e várias outras denominações para apontar esse perigo surgem: aberração, possuído pelo demônio, etc. O tratamento, por conseguinte,

oscila constantemente entre espancamentos, privação de alimentos, tortura generalizada e indiscriminada e, entre outras, o aprisionamento dos doentes para que possam se livrar dessa “possessão” (Porto, 2017, p. 73).

A maneira como a loucura foi sendo apresentada à sociedade, sobretudo pela ampliação dos manicômios e a detenção de mais e mais pessoas consideradas loucas, foi ampliando também o caráter excludente e repulsivo das pessoas para com quem possuísse algum transtorno mental, não obstante isso, a loucura passou a ser uma justificativa para também serem excluídas e detidas pessoas consideradas fora dos padrões sociais da época, foi o que motivou, no Brasil, o internamento de milhares de pessoas e a morte de aproximadamente 60 mil delas em meados do século XX. Narra Daniela Arbex:

[...] Eram um não ser. Pela narrativa, eles retornam, como Maria de Jesus, internada porque se sentia triste, Antônio da Silva, porque era epilético. Ou ainda Antônio Gomes da Silva, sem diagnóstico, que ficou vinte e um dos trinta e quatro anos de internação mudo porque ninguém se lembrou de perguntar se ele falava [...] (2013, p. 08).

A problemática fica cada vez mais enraizada no contexto social dos séculos XVIII, XIX e XX porque muitas pessoas, empresas e os próprios governos passaram a lucrar com a “loucura”, financiando os internamentos das pessoas nos manicômios, desviando verbas para mantimento, censurando a mídia para esconder os verdadeiros fatos como a superlotação, a falta de higiene dos ambientes e dos internos, o uso excessivo e desregulado de medicamentos e injeções, além do uso de eletrochoques como terapia, que em alguns casos chegavam a matar os pacientes. A partir dessas mesmas reflexões, Porto afirma:

Nestas análises, é-nos apresentada não somente a “chave” ou a verdade que se estabelece no surgimento do internato. Além disso, várias outras verdades se apresentam como que em um “jogo”. Então, aparecem associadas à doença mental questões sociais e dificuldades do âmbito da política, cujas resoluções, assim, passam a ser elementos considerados como problemáticas e associados à loucura (2017, p. 73).

Daniela Arbex ainda afirma que um dos principais motivos utilizados como justificativa para toda essa atrocidade é o de “[...] livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar (2013, p. 16). Mesmo nos dias atuais, o pensamento de isolar quem não oferece benefícios ou lucro para a sociedade é ecoado nas discussões e ações de muitas pessoas.

4 COMO O PODER NAS INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS AFETA E APRISIONA O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE

Questionamentos podem surgir ao pensar em todos os atos realizados pelos

manicômios nos últimos séculos e por todos os interessados em manter tais instituições fortemente inquestionáveis e em alta durante tanto tempo. Quem permitiu que tantas pessoas morressem à míngua? Sob qual autoridade tantos foram presos e torturados em nome da loucura? Fato é que o poder nas instituições psiquiátricas afetou e aprisionou por muito tempo os indivíduos e a própria sociedade. Sobre isso, partindo do hospital colônia de Barbacena, Juliana Brandão Moreira escreve em *Arqueologia da loucura*: “[...] A instituição apresentou-se como mantenedora da ordem social ao segregar e controlar um heterogêneo grupo de sujeitos indesejáveis. Para isto, fazia uso de uma gama material composta pelas edificações e objetos móveis institucionais” (2021, p. 09).

Um poder pode emergir quando algo ou alguém é naturalmente ou vantajosamente colocado acima, com uma força física ou moral, com influência. Esta influência pode ter efeito sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas nos mais variados contextos, no contexto do hospital colônia, a influência sobre os pacientes era justificada pelo crédito da própria medicina e por financiamentos políticos e de empresários interessados no lucro. O que colocou as instituições psiquiátricas em evidência foi inicialmente a segregação feita entre razão e irracionalidade, ou seja, o que se distancia da razão e da normalidade é consequentemente loucura, distúrbio, anormalidade. O ser humano é vulnerável a isso, nascendo com a capacidade racional, pode também ser afetado por algum transtorno mental que o limite de algumas atividades consideradas “normais”, ou seja, muitos transtornos psicológicos não podem ser prevenidos na gestação e ao nascer e se desenvolver o indivíduo fica totalmente ou parcialmente dependente de outro.

Na história do mundo ocidental, há uma constante relação dicotômica entre razão e irracionalidade. A razão costuma ser moldada socialmente e relacionada àquilo que é moralmente aceito. Tudo o que foge desse padrão é rechaçado como loucura, uma loucura cuja imagem é negativa e pejorativa (Moreira, 2021, p. 27)

Partindo do pressuposto que tudo o que foge da razão é considerado loucura, foi-se entendendo que indivíduos com condições psicológicas limitadas ou “alteradas”, não conseguiram conviver em um grupo social ou trabalhar para o sistema, e uma chave de resposta para tal problemática aparece com a instituições psiquiátricas e sua capacidade de controlar, amenizar, normalizar paliativamente ou de uma vez por todas a loucura. A medicina, por certo período, se torna então a fonte do poder de cura e de resolução para os problemas sociais, partindo do pensamento de Foucault, Moreira argumenta:

[...] É o que Foucault (1984) chamou de *biopoder*: diferente do antigo poder soberano que fazia uso da ameaça de morte para se impor sobre as pessoas, o biopoder, ao contrário, utiliza de meios para conhecer, organizar e controlar a vida dos sujeitos em seus diferentes aspectos, fazendo uso, inclusive, do discurso médico a fim de sanar a sociedade de todos os males sociais (Moreira, 2021, p. 32).

Utilizando o poder da medicina e amparados pelo interesse financeiro de muitas pessoas e órgãos públicos e empresariais, os hospitais psiquiátricos mantiveram-se por muito tempo no controle direto e indireto de muitos grupos sociais nas cidades, como foi o caso de Barbacena, em Minas Gerais, algumas cidades da França e outras localidades.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de pesquisar, investigar e discorrer sobre a temática da loucura, tivemos como preocupação a de gerar resultados para discussões futuras e até resolução de questões e problemáticas sobre a vida em sociedade. Desse modo, o objetivo geral desse artigo é problematizar o fato de a loucura ter sido utilizada como método de exclusão social em um período da história, particularmente no Hospital Colônia, em Barbacena, Minas Gerais, Brasil.

Para fundamentar as discussões e argumentos sobre a temática, foram utilizadas referências bibliográficas de Michel Foucault, especialmente sua obra *A História da loucura*, além da obra *Holocausto Brasileiro* de Daniela Arbex e as teses de doutorado das Prof.^a Maria Vera Lucia Pessoa Porto e Juliana Maria Brandão Moreira, com os temas, respectivamente: *Caminhos da liberdade em Foucault: das relações de poder ao cuidado de si no processo de subjetivação* e *Arqueologia da loucura: Narrativas alternativas, cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena*.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da pesquisa, pôde-se analisar que a loucura foi negativamente utilizada como pretexto de exclusão social para milhares de pessoas e isso impactou toda uma geração. O fato de na atualidade haver leis e políticas públicas que asseguram o direito de pessoas com algum transtorno mental ou pessoas oriundas de grupos sociais menos favorecidos, não garantem, em plenitude, o bem-estar social dessas mesmas pessoas. Pois, a discriminação e o preconceito tidos no século XVIII a XX, ainda perdura no século XXI.

Os resultados interpretados à luz do pensamento de Michel Foucault só reforçam que o homem é capaz de utilizar a vulnerabilidade de um outro para benefício próprio. Foi o testemunhado por muitos pacientes do Hospital Colônia de Barbacena, que vivendo as torturas, a fome e a insalubridade sentiram em seus corpos e em suas mentes a pressão feita pelo sistema financiado pelo poder e pela ganância de grupos sociais favorecidos, sobre grupos sociais menos favorecidos ou

fora dos padrões financeiros, de estética, de raça, de gênero e de cultura da época.

7 CONCLUSÃO

O movimento antimanicomial foi crescendo no Brasil e no mundo e, a partir de todas as informações e testemunhos colhidos de vários hospitais psiquiátricos, começou a luta pelo fechamento dos manicômios, com isso, paulatinamente, surge, a garantia dos direitos das pessoas com algum transtorno mental, a reforma no sistema psiquiátrico do país e o combate a qualquer tipo de exclusão ou repulsa social para com as pessoas que necessitasse de atendimento psicológico ou especializado.

O sistema psiquiátrico do país foi pouco a pouco sendo alterado, devido às inúmeras denúncias levantadas de dentro dos manicômios e a descoberta dos acontecimentos vividos por milhares de pessoas dentro desses lugares. A reforma psiquiátrica também faz parte das motivações que levaram a Reforma Sanitária no Brasil e posteriormente a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS. Somente em 06 de abril de 2001 que a lei 10.216 instituiu as mudanças na área da saúde mental que traz, entre outros direitos, o de acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde; o tratamento com humanidade e respeito em todos os âmbitos; o tratamento em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; dentre outros.

A lei ainda assegura a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, que mesmo com a legislação vigente acaba sendo notada em várias esferas da sociedade, nas famílias, nos espaços educacionais e de saúde, além de em espaços públicos e de convivência que por vezes restringem os acessos a áreas de lazer alegando a incapacidade mental e até física de pessoas com transtornos.

É possível concluir, a partir do exposto, que a história do Brasil foi marcada pela discriminação e exclusão parcial ou completa de milhares de pessoas, que nascendo em condições totalmente vulneráveis tiveram sua dignidade e até as próprias vidas descartadas. É de suma importância analisar, refletir e ressignificar tais acontecimentos fazendo memória de todas as vítimas deste período e motivando a revisão e fortalecimento das leis, normas e estatutos que garantam a saúde e bem-estar de todas as pessoas que, na atualidade, têm algum transtorno mental.

O ocorrido no Hospital Colônia e outros em Barbacena no Brasil e demais países, é reflexo de uma sociedade que, elegendo padrões para a vida social, acaba estigmatizando e dificultando a vida de vários grupos e pessoas, que mesmo diante das limitações físicas ou mentais, querem somente serem respeitadas e viver com dignidade.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MOREIRA, Juliana Brandão. **Arqueologia da loucura: narrativas alternativas, cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena**. 2021. 217 f. Tese (Doutorado em Filosofia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2021.

PORTO, Maria Veralúcia Pessoa. **Caminhos da liberdade em Foucault: das relações de poder ao cuidado de si no processo de subjetivação**. 2017. 317 f. Tese (Doutorado em Filosofia) — Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, 2017.

Recebido em: 03/09/2025

Aprovado em: 15/12/2025